

SILVIA BRAGA NOGINO

A EDUCAÇÃO NO PERÍODO COLONIAL BRASILEIRO NO SÉCULO XVIII: O
CASO DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

INSTITUTO DE FILOSOFIA, ARTES E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Ouro Preto, 2010.

SILVIA BRAGA NOGINO

A EDUCAÇÃO NO PERÍODO COLONIAL BRASILEIRO NO SÉCULO XVIII: O
CASO DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS

Monografia apresentada ao Curso de pós-graduação *lato sensu* em nível de especialização em Cultura e Arte Barroca da Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Especialista em Cultura e Arte Barroca.

Orientadora: Prof^a. Ms. Rosilene Ribeiro.

INSTITUTO DE FILOSOFIA, ARTES E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Ouro Preto, 2010.

N777e Nogino, Silvia Braga
A educação no período colonial brasileiro no século XVIII
: [manuscrito] o caso da Capitania de Minas Gerais / Silvia
Braga Nogino, 2011.
41p. .

Orientadora: Rosilene Ribeiro
Monografia (Curso de Especialização em Cultura e Arte Bar-
roca) Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Filosofia,
Artes e Cultura.

1. Educação – Período colonial – Minas Gerais. 2. Educação
– Minas Gerais – Séc. XVIII. I. Título.

CDU: 7.034:37

DEDICATÓRIA

Ao Edson que sempre entendeu o meu caminho acadêmico como uma parte importante da minha afetividade com o mundo.

Aos meus pais, irmãos e sobrinhas, respectivamente, David, Helenice, Sandra, Julio, Ninah e Sophia. Obrigada, vocês deixam tudo melhor por onde passam.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora Rosilene Ribeiro pela confiança no meu trabalho de pesquisa e pelas palavras de incentivo em todos os momentos.

Aos professores do curso de pós-graduação da Universidade Federal de Ouro Preto

Aos meus queridos alunos ao longo desses 25 anos de magistério.

CANÇÃO AMIGA

Eu preparo uma canção
em que minha mãe se reconheça,
todas as mães se reconheçam,
e que fale como dois olhos.

Caminho por uma rua
que passa em muitos países.
Se não me vêem, eu vejo
e saúdo velhos amigos.

Eu distribuo um segredo
como quem ama ou sorri.
No jeito mais natural
dois caminhos se procuram.

Minha vida, nossas vidas
formam um só diamante.
Aprendi novas palavras
e tornei outras mais belas.

Eu preparo uma canção
que faça acordar os homens
e adormecer as crianças.

Carlos Drummond de Andrade.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar o contexto da educação brasileira no período colonial, especificamente na Capitania de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. Para atingirmos esse objetivo analisamos a influência da ação dos jesuítas no processo educacional brasileiro e posteriormente, após a expulsão desses religiosos da colônia brasileira, a atuação do Estado português, através do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal.

Ao longo dessa investigação construímos um panorama social e econômico do Brasil colonial no período do Ciclo do Ouro, verificamos a estrutura econômica que permeava essa sociedade e seus valores, como a importância dos latifundiários e dos mineradores, assim como a exclusão dos menos favorecidos economicamente, que sem o *status* social preestabelecido não tinham acessos aos bens considerados relevantes para a formação da cidadania e conseqüentemente aos conhecimentos escolares formais.

No processo da pesquisa tomamos como referenciais teórico-metodológicos os estudos de Carrato (1968), Silva (2004), Aquino e Bello (2001), Holanda (1995), Romanelli (2003) entre outros, buscando compreender as concepções socioculturais desses estudiosos com o intuito de analisar o contexto histórico da educação brasileira do período destacado.

Palavras-chaves: Colônia, Educação, Subsídio Literário, Capitania de Minas gerais.

ABSTRACT

This study has how I aim to analyse the context of the Brazilian education in the colonial period, specifically in the Captaincy of the Minas Gerais in the second half of the century XVIII. To reach this objective we analyse the influence of the action of the Jesuits in the education Brazilian process and subsequently, after the expulsion of these monks of the Brazilian colony, the acting of the Portuguese State, through Minister Sebastian José of Oak and I make sticky, the Marquis of Pombal.

Along this investigation we build a social and economical view of colonial Brazil in the period of the Cycle from the Gold, check the economical structure that was permeating this society and his values, like the importance of the landowners and of the miners, as well as the exclusion of least favored economically, what without the social prearranged status had no accesses to the respected relevant goods for the formation of the citizenship and consequently to the school formal knowledges.

In the process of the inquiry we take like referential systems theoretician - methodological the studies of Carrato (1968), Bramble (2004), Aquino and Bello (2001), Holland (1995), Romanelli (2003) between others, looking to understand the conceptions of these scholars with the intention of analysing the historical context of the Brazilian education of the outstanding period.

Words-keys: Colony, Education, Literary Subsidy, Captaincy of the Minas Gerais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: A PRESENÇA DA COMPANHIA DE JESUS E SUA EXPULSÃO DO BRASIL NO SÉCULO XVIII	13
1.1 – Contexto socioeconômico da Capitania de Minas Gerais ao longo do século XVIII – a influência da intelectualidade em uma sociedade iletrada.....	16
CAPÍTULO 2 – O MODELO ECONÔMICO COLONIAL E SEUS DESDOBRAMENTOS NO ÂMBITO EDUCACIONAL BRASILEIRO	20
CAPÍTULO 3 – A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO COLONIAL – O CASO DA CAPITANIA De MINAS GERAIS	25
3.1 – A características da sociedade colonial brasileira	25
3.2 – Um projeto de educação na colônia brasileira?	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

INTRODUÇÃO

Este estudo destina-se a professores, estudantes e pesquisadores interessados na História do Brasil no período colonial, mais especificamente acerca dos acontecimentos relacionados à educação na região de Minas Gerais e o contexto sociocultural que permeou a nossa História em meados do século XVIII, conhecido como o Século do Ouro no Brasil.

A dissertação tratou de alguns aspectos sociais do período citado, visando uma maior compreensão da dinâmica social, possibilitando aos estudiosos uma reflexão mais crítica da realidade da educação no Brasil e como ela foi tratada ao longo dos séculos desde a chegada dos portugueses no território americano até os dias atuais. Portanto, apesar de uma pesquisa delimitada no tempo e no espaço histórico, o que pretendemos é suscitar questionamentos sobre alguns aspectos relevantes sobre o processo educacional que vivenciou a nação brasileira, desde a influência da educação jesuítica e seu legado que permanece até hoje nas escolas do Brasil, até a interferência da administração pombalina, responsável por mudanças pontuais no processo educacional brasileiro, sem significar efetivamente uma transformação no modelo socioeconômico existente.

Nesse sentido, de uma forma ou de outra a educação no Brasil no período colonial foi exclusivamente usufruída por uma elite econômica que permaneceu com privilégios em detrimento da maioria da população menos favorecida economicamente que, excluída, não obteve os benefícios sociais que o acesso ao conhecimento pode oferecer a um indivíduo inserido em uma sociedade letrada.

O privilégio do acesso ao ensino das letras foi oferecido para os grupos sociais que tinham poder e grandes extensões territoriais. Ao longo dessa história, a organização do ensino mostrou-se sempre fragmentada, dada a predominância dos interesses particularistas e serviu sempre para suprir as necessidades do conhecimento por parte da minoria aristocrática. Dentro desse contexto, o conhecimento difundido pela educação formal

escolar servia também para legitimar o representante político regional e a garantia do poder desses grupos da elite. O monopólio da cultura letrada dado pelas escolas era garantia de nível mais elevado de atuação em uma sociedade de poucas oportunidades para aqueles que não faziam parte dessa elite econômica.

No Capítulo I, A Educação Brasileira: a presença da Companhia de Jesus e sua expulsão do Brasil no século XVIII; investigamos a influência dos jesuítas no processo educacional no período da colônia, até a sua expulsão por Sebastião José de Carvalho e Melo, O Marquês de Pombal, a partir de 1759. Nesse capítulo, verificamos a instituição do denominado “Subsídio Literário” que tinha como objetivo principal manter o ensino primário e médio no Brasil e seus desdobramentos em relação aos resultados dessa implantação por Pombal. No caso específico da Capitania de Minas Gerais, verificamos a complexidade da composição social dessa região e os desdobramentos relacionados à educação do período, principalmente com a participação da Igreja com a preocupação em estabelecer os dogmas católicos à população.

No Capítulo II, O Modelo Econômico Colonial e seus Desdobramentos no Âmbito Educacional Brasileiro; desenvolvemos um estudo em relação às estratégias econômicas impostas à colônia brasileira que influenciaram diretamente no modelo de educação implantado, pois esse tipo de educação transformou-se em privilégio para a classe dominante economicamente, aspecto consolidado com a expulsão dos jesuítas e com a introdução de leigos no campo da educação.

No capítulo III, A Educação no Período Colonial: O Caso da Capitania de Minas Gerais; reiteramos as diferenças entre a educação jesuítica e a educação subsidiada pelo Estado português. Nesse capítulo, demonstramos aspectos da história da Capitania de Minas Gerais em relação à educação, a composição social dessa região e o funcionamento efetivo do “Subsídio Literário”; imposto cobrado para custear as Escolas Menores e o que de fato acontecia com esse recurso, que a princípio tinha o intuito de estruturar um trabalho educacional na colônia com a intervenção de Portugal.

Nas Considerações Finais, refletimos os pontos levantados na pesquisa sobre a educação brasileira na segunda metade do século XVIII em Minas Gerais, fruto de nossas indagações iniciais e os possíveis encaminhamentos para novas investigações sobre o tema.

CAPÍTULO I

1- A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: A PRESENÇA DA COMPANHIA DE JESUS E SUA EXPULSÃO DO BRASIL NO SÉCULO XVIII

Esta pesquisa teve origem a partir dos estudos realizados no Curso de Especialização em Cultura e Arte Barroca da Universidade Federal de Ouro Preto, no qual passamos a enfocar questões relacionadas à educação no período colonial. Essas incursões pelo campo da História da Educação Brasileira ajudaram na elucidação de aspectos relevantes relacionados ao legado histórico dos jesuítas¹ no âmbito educacional; os locais nos quais eles atuaram diretamente ou indiretamente. No caso da Capitania de Minas Gerais², essa influência não foi determinante, porém de alguma forma a partir das investigações realizadas percebemos a presença desses religiosos nessa região, ou seja, a influência de suas concepções educacionais nos hábitos adquiridos pela população.

Mesmo com a expulsão dos jesuítas, a organização do *Ratio Studiorum*, que veremos seu significado no capítulo 3, continuou com suas funções educativas, a partir da

¹ Ordem religiosa criada por Inácio de Loyola, em 1534, objetivava expandir a fé católica nos territórios a serem colonizados, a fim de barrar o avanço das idéias reformistas (Reforma) nos domínios de ultramar. Essa ordem estruturava-se de forma rígida, bem militarizada, sendo seus integrantes indivíduos muito letrados e bem-preparados para desempenhar sua tarefa de missionários, difundindo o catolicismo pelo mundo recém-incorporado, devido à expansão marítima. A Companhia de Jesus teve papel de destaque no processo colonizador do Brasil, na medida em que a justificativa ideológica dessa colonização era religiosa. A presença dos jesuítas aumentou significativamente, até 1759, quando no período pombalino, foram expulsos de Portugal e dos domínios ultramarinos. Em 1549, havia apenas seis jesuítas, todos estrangeiros, em 1574, 14% dos 110 padres eram brasileiros, em 1698, entre os 304 havia 31% de brasileiros, sendo eu em 1757, dos 474 inicianos, 44% haviam nascido na colônia. (Botelho, 2001, p.45)

² Capitánias Reais: Capitánias pertencentes ao governo português surgiram da necessidade administrativa da própria Colônia ou devido ao abandono das capitánias hereditárias pelos capitães donatários. No século XVI, foram criadas quatro: Bahia de Todos os Santos, São Sebastião do Rio de Janeiro, Paraíba e Rio Grande (Norte). No Século XVII, foram estabelecidas as do Ceará, Grão-Pará, Maranhão (elevada a Estado do Maranhão), Pernambuco e Colônia de Sacramento. No século XVIII, foram criadas a Capitania da Coroa, São Paulo e Minas do Ouro, subdividida, em 1720, em São Paulo e Minas Gerais, e também de Goiás, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro (RG.S). (Botelho e Reis, 2001)

continuidade do funcionamento do Seminário episcopal, no Pará, e dos Seminários de São José e São Pedro, que não se encontravam sob a jurisdição jesuítica; a Escola de Artes e Edificações Militares, na Bahia; e a Escola de Artilharia, no Rio de Janeiro. Essa concepção educacional jesuítica influenciou mesmo as regiões que não tiveram sua presença, deixando assim características de sua didática integrada a outros modelos de ensino que influenciaram e provocaram discussões a partir das práticas educativas que são criticadas no âmbito educacional até os dias atuais.

Os jesuítas foram expulsos de Portugal e de suas colônias por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, primeiro-ministro da metrópole portuguesa de 1750 a 1777, em função de radicais diferenças de objetivos entre os religiosos e o estadista. Enquanto os jesuítas preocupavam-se com o proselitismo e o noviciado, Marquês de Pombal pensava em reerguer Portugal da decadência que se encontrava diante de outras potências européias da época. A educação jesuítica não convinha aos interesses comerciais emanados por Pombal. Ou seja, se as escolas da Companhia de Jesus tinham por objetivo servir aos interesses da fé, o Marquês de Pombal pensou em organizar a escola para servir aos interesses do Estado português.

Através do Alvará de 28 de junho de 1759, ao mesmo tempo em que suprimia as escolas jesuíticas de Portugal e de todas as colônias, Marquês de Pombal criava as Aulas Régias³ de Latim, Grego e de Retórica. Criou também a Diretoria de Estudos que só passou a funcionar após o afastamento de Pombal. Cada Aula Régia era autônoma e isolada, com professor único e uma não se articulava com as outras disciplinas.

O Reino Português logo percebeu que a educação no Brasil estava estagnada e era preciso oferecer uma solução, para isso instituiu o “Subsídio Literário” com o intuito de manter os ensinos primário e médio. Criado em 1772 era uma taxa, ou um imposto, que incidia sobre a carne verde⁴, o vinho, o vinagre e a aguardente. Além de exíguo, nunca foi cobrado com regularidade e os professores ficavam longos períodos sem receber vencimentos a espera de uma solução vinda de Portugal.

³ Aulas Régias compreendiam o estudo das humanidades, sendo pertencentes ao Estado e não mais restritas à Igreja, isto é, foi a primeira forma de ensino público no Brasil (Cardoso, 2004)

⁴ Carne de porco. “De fato, entre comer uma carne bovina de qualidade duvidosa e comer uma “carne verde” (ou seja, carne fresca) de porco, a população daquela época facilmente partiu para a segunda opção. A materialidade dessa predileção acabou se transformando no tema de “Açougue de carne de Porco” (acima),

Os professores eram geralmente mal preparados para a função, já que eram improvisados e mal pagos, eram nomeados por indicação ou sob concordância de bispos, que a partir desse aval, passavam a ter o cargo vitalício de suas Aulas Régias.

De todo esse período problemático sobressaíram-se a criação, no Rio de Janeiro, de um curso de estudos literários e teológicos, em julho de 1776, e do Seminário de Olinda, em 1789, por Dom Azevedo Coutinho, governador interino e bispo de Pernambuco.

“O Seminário de Olinda “tinha uma estrutura escolar propriamente dita, em que as matérias apresentavam uma seqüência lógica, os cursos tinham uma duração determinada e os estudantes eram reunidos em classes e trabalhavam de acordo com um plano de ensino previamente estabelecido” (Piletti, 1996)

O resultado da decisão do Marquês de Pombal foi que, no princípio do século XIX, a educação brasileira estava reduzida a praticamente nada. O sistema jesuítico foi desmantelado e nada que pudesse chegar próximo deles foi organizado para dar continuidade a um trabalho de educação na colônia.

No caso específico da Capitania de Minas Gerais, como os jesuítas não tiveram atuação direta nos assuntos educacionais, verificamos a presença de um projeto voltado à educação da população. Em primeiro lugar, a partir da iniciativa da família que proporcionava o ensino dentro de seus lares e posteriormente, com possibilidades econômicas, enviava seus filhos para estudo na Europa, mesmo assim, com algumas restrições para determinados membros da família, ou por questão etária ou de gênero.

A Capitania de Minas Gerais teve algumas especificidades em relação a outras regiões do Brasil colonial. Um grupo intelectualizado possibilitou um caráter diferenciado em relação a determinados aspectos da vida cotidiana da localidade e a presença de letrados consubstanciou discussões e práticas relevantes para a História brasileira.

Essa elite em Minas Gerais que tinha acesso às idéias Iluministas⁵ difundidas na Europa viviam um conflito econômico com a Coroa Portuguesa, evidenciado através de tensões

uma das várias gravuras produzidas pelo artista Jean Baptiste Debret em suas viagens pelo Brasil do século XIX. (alunosOnLine.com.br)

⁵ Movimento filosófico, também conhecido como esclarecimento, ilustração ou Século das Luzes, que se desenvolve particularmente na França, Alemanha e Inglaterra no século XVIII, caracterizando-se pela defesa da ciência e da racionalidade crítica, contra a fé, a superstição e o dogma religioso. Na verdade, o Iluminismo é muito mais do que um movimento filosófico, tendo uma dimensão literária, artística e política. No plano político, o Iluminismo defende as liberdades individuais e os direitos do cidadão contra o autoritarismo e o

sociais constantes advindas do declínio da produção aurífera a partir da segunda metade do século XVIII, quando o governo português considerou esse fato uma conseqüência do contrabando e com isso cobrando da população os quintos atrasados. Nesse período, o imposto cobrado alcançava a quantia de 596 arrobas de ouro (uma arroba equivale a quinze quilos). Portanto, a população de Minas Gerais devia ao Fisco português 8.940 quilos de ouro, ocasionando um contexto econômico e social de calamidade fiscal.

1.1- CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DA CAPITANIA De MINAS GERAIS AO LONGO DO SÉCULO XVIII – A INFLUÊNCIA DA INTELECTUALIDADE EM UMA SOCIEDADE ILETRADA.

Com a cobrança de pesados impostos pela metrópole portuguesa, um clima de tensão tomou conta das camadas mais altas da sociedade mineira, com a população de Minas Gerais devendo ao Fisco português 8.940 quilos de ouro aproximadamente. Diante dessa conjuntura chegou a Minas Gerais o novo governador, D. Luís Antônio Furtado de Mendonça, o visconde de Barbacena, trazendo ordens de decretar a derrama.⁶

A notícia da iminente decretação da derrama deixou em pânico grande parte da elite mineira, que devia enormes somas à Junta da Fazenda, relativas ao não pagamento de contratos firmados sobre direitos de entrada de produtos na Capitania. As dívidas eram tão grandes que, caso fossem pagas, os devedores ficariam irremediavelmente arruinados. Dentre os devedores, encontravam-se o coronel Joaquim Silvério dos Reis, o coronel Inácio José de Alvarenga Peixoto, Domingos de Abreu Vieira, Basílio de Brito Malheiros do Lago, João Rodrigues de Macedo e Inácio Corrêa Pamplona. (Aquino e Bello, 2001)

abuso do poder. Os iluministas consideravam que o homem poderia se emancipar através da razão e do saber, ao qual todos deveriam ter livre acesso. O racionalismo e a teoria crítica no pensamento contemporâneo podem ser considerados herdeiros da tradição iluminista. (Japiassú e Marcondes, 1996)

⁶ O mesmo que derrame: direito reservado à Coroa de cobrar o montante de ouro que complementaria o quinto, ficando a população obrigada a contribuir de acordo com sus possibilidades. Não havendo regulamento especial para execução da derrama, poderiam ser criados impostos sobre escravos, comércio, trânsito das estradas, entre outros. Em 1788, a Coroa Portuguesa projetava decretar uma derrama sobre o território mineiro, tendo sido enviado o Visconde de Barbacena para executar as ordens régias, suspensas quando as autoridades coloniais tiveram conhecimento da rebelião que se preparava nas Minas contra a Metrópole. (Inconfidência Mineira). (Botelho e Reis, 2001)

Essa elite rica que não queria pagar os impostos abusivos cobrados pela metrópole tinha estudado na Europa, entrando em contato com as ideias liberais do Iluminismo. Dentre os objetivos dos conjurados estava a criação de uma universidade em Vila Rica⁷, uma vez que a elite preocupava-se com a educação de nível superior. Nesse sentido, as propostas desses revoltosos não contemplavam a participação popular, pois o movimento não tinha propostas efetivas para melhorar as condições de vida da população menos favorecida economicamente e de consolidação do fim do escravismo na região.

Tiradentes membro dessa elite intelectualizada, junto com José Álvares Maciel, convenceram Freire de Andrade, militar de alta patente, comandante dos Dragões da Tropa Paga, a participar dos planos para a sublevação, embora mais tarde, quando a repressão ao movimento já fazia suas primeiras vítimas, Andrade tenha tentado se eximir da culpa. Porém, anteriormente, na sua residência aconteceram diversas reuniões, contando com a presença dos principais envolvidos na tentativa de levante: Tiradentes, José Álvares Maciel, Padre Carlos Corrêa de Toledo e Melo, coronel Inácio José de Alvarenga Peixoto, padre José da Silva de Oliveira e Rolim, coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes, sargento-mor Luís Vaz de Toledo Pisa.

Junto com o cônego Luís Vieira da Silva, possuidor da maior biblioteca em toda a colônia, com cerca de oitocentos volumes, entre eles alguns de diversos autores iluministas, Tomás Antônio Gonzaga e Cláudio Manoel da Costa compunham a grupo denominado geralmente de literato. Segundo o padre Toledo, era Tomás Antônio Gonzaga o encarregado de fazer as leis que entrariam em vigor após a vitória do movimento.

Segundo Aquino e Bello (2001), algumas questões que seriam de fundamental importância para o sucesso do levante não foram bem articuladas, tais como a ampliação do movimento, basicamente restrito à elite, sem maiores ligações com as camadas populares; a generalização da rebelião, por meio do envio de emissários a outras capitanias com o objetivo de também sublevá-las; e, em função da reação portuguesa ao início da rebelião, a necessidade de compra imediata de armamentos que Tiradentes, inclusive, várias vezes alertou para a preparação efetiva do conflito.

⁷ A fundação da primeira universidade no Brasil, cabendo a Vila Rica (atual Ouro Preto) este privilégio. (Botelho e Reis, 2001)

Os planos, no entanto, não seguiram adiante, os revoltosos foram delatados pelo português Joaquim Silvério dos Reis, contratador de arrecadação de impostos e devedor de muito dinheiro à Coroa. Essa traição abalou a sociedade mineira, especialmente os indivíduos letrados que tinham conhecimento das idéias que circulavam na Europa e que tentavam introduzir essas concepções na região das Minas Gerais. Esse grupo era formado por indivíduos que objetivavam romper com a dominação da metrópole portuguesa criando assim o movimento conhecido como Inconfidência Mineira, em 1789, revolta planejada objetivando romper com a dominação metropolitana tornando Minas Gerais independente e implantando a forma republicana de governo. Embora abortada antes de acontecer, a Conjuração Mineira foi a primeira tentativa, no Brasil, de romper definitivamente com a ordem colonial. Sob a influência das idéias do Iluminismo e do processo de independência das Treze Colônias Americanas (Independência dos Estados Unidos) que ocorreu em 1776 e desejosos de defender seus interesses econômicos, passaram a se reunir, para planejar a independência da Capitania do jugo metropolitano.

Além da mineração, muitas atividades econômicas eram desenvolvidas na região, como a agricultura e a pecuária, geradoras de grandes fortunas e responsáveis por boa parte do abastecimento interno, o que levou muitos inconfidentes, e mesmo portugueses, a criarem raízes na área e defender interesses contrários à ordem colonial. O desenvolvimento de certas atividades era impedido pelos princípios do Pacto Colonial, que barrava, por exemplo, o aproveitamento de recursos minerais como o minério de ferro, abundantes na região; as manufaturas (Edito de 1785) e até mesmo a criação de uma Universidade, na qual os filhos dos homens abastados pudessem estudar, em vez de completar seus estudos em Lisboa ou Coimbra.

Portanto, o projeto de ensino no Brasil a partir desses intelectuais e homens da elite econômica não abrangia as classes menos favorecidas economicamente. Para a elite a deliberação mais importante no setor educacional estava na ênfase dada à criação de uma universidade para atender as necessidades de seus filhos, membros de um pequeno grupo de privilegiados e com acesso a cultura clássica ocidental.

No entanto, na Capitania de Minas Gerais existiam diferentes projetos direcionados à educação, como por exemplo, o ensino da doutrina cristã, ação preconizada pela Igreja Católica ao justificar sua prática pela intenção de salvar almas, principalmente dos negros e

mestiços, considerados rústicos e incivilizados. Segundo Vergueiro (1981), para a Igreja as imagens sacras educavam, concepção que tomou força com o movimento da Contrarreforma, e os religiosos faziam uso delas em Minas Gerais no século XVIII, com a intenção de ensinar a população um comportamento compatível com os dogmas da Igreja.

Junto a inúmeros comportamentos ligados aos aspectos da religiosidade, como assistir à missa aos domingos e dias santos, essa “pedagogia” do aprendizado da doutrina cristã ainda reforçava-se pela educação dada por quadros, pinturas e imagens, além de textos lidos pelos padres cujos conteúdos incluíam manuais de civilidade ou bom comportamento que se somavam aos manuais eclesiásticos. Nesse sentido, a população tinha acesso a uma educação cujo projeto estava voltado ao desenvolvimento de uma atitude cristã. O conhecimento das letras e o desenvolvimento de uma intelectualidade estavam reservados a uma classe social específica, como já mencionamos.

CAPÍTULO II

O MODELO ECONÔMICO COLONIAL E SEUS DESDOBRAMENTOS NO ÂMBITO EDUCACIONAL BRASILEIRO

O essencial para entendermos os processos sociais que o Brasil passou no período colonial e compreendermos os aspectos econômicos que permearam esse território pertencente ao Reino de Portugal, é necessário compreender o sistema mercantilista⁸ no qual a base era o denominado Pacto Colonial. Ou seja, a Coroa Portuguesa percebendo a ilusão do Oriente e aos poucos quando foi perdendo esse território para os Países Baixos, para a Inglaterra e a França, passou a concentrar suas atenções na posse de sua colônia na América. Foi indispensável encontrar formas de exploração do território através de riquezas como a existente, o pau-brasil e implantar o esquema clássico da *Plantation*⁹, para produzir em alta escala o açúcar, a partir da cana já cultivada em algumas ilhas no Atlântico. Produto buscado com intensidade na época, era ainda visto como especiaria, por sua raridade, italianos, espanhóis e portugueses tentavam a produção de açúcar a partir da cana, pois o adoçamento por frutas, mel e outras variedades era precário no resultado e como linha de comércio.

⁸ O mercantilismo é pensamento dominante na Idade Média, do século XV ao XVIII, quando novas idéias lhe assestam golpes que acabarão por debilitá-lo, não por suprimi-lo, com a relativa vitória do liberalismo. A expressão máxima do mercantilismo é a idéia do pacto colonial, ou seja, as colônias existem para fornecer matéria-prima às metrópoles. Cabe a estas seu aproveitamento, para transformação. Configura-se a idéia de domínio político das metrópoles sobre as colônias, quando as duas expressões – Metrópole e Colônia – atingem a plenitude e a verdadeira fisionomia. (Iglesias, 1993, p17)

⁹ Termo que designa um latifúndio com monocultura, onde se utiliza o trabalho escravo, mas que é acompanhado de economia natural. Define as grandes explorações agrícolas surgidas no continente americano à época do Mercantilismo e que se faziam acompanhar de um setor manufatureiro. Havia, assim, uma articulação entre a atividade agrícola e a manufatura. Essa atividade agrícola implicava numa especialização em determinada produção, voltada para o mercado mundial. O açúcar, modelo clássico da *plantation* no Brasil, incluía os canaviais e a manufatura especializada para beneficiá-lo, tornando armazenável e, portanto, apto para a exportação, destinado a uma mercado mundial consumidor de gêneros tropicais e produtor de manufaturados, consumidos, por sua vez, nas áreas coloniais. A *plantation* do açúcar caracterizou o sistema colonial no Brasil até o século XVIII (...) (Botelho e Reis, p.140)

As terras do Brasil eram adequadas ao cultivo da cana-de-açúcar, o clima tropical ajudava. Daí o início das plantações em São Vicente e sobretudo no Nordeste. Existiam condições naturais favoráveis e fartura de terras, era possível o latifúndio e só ele permitiu o empreendimento desejado. Faltava a mão-de-obra, e esta foi fornecida pelo escravo africano, dando início ao tráfico, sempre em ascensão. Se a economia portuguesa era débil e sofria de falta de capitais, esse não foi o maior obstáculo, pois houve quem oferecesse financiamento, como os capitalistas flamengos.

Com a satisfatória produção do açúcar, o Nordeste se desenvolveu e após a expulsão dos flamengos o crescimento se atenuou devido à concorrência implementada por eles com sua produção nas Antilhas. Porém, a produção açucareira permaneceu, junto a outras atividades, como a pecuária, a cultura do tabaco e do algodão; atividades que fundamentaram economicamente a Metrópole nos séculos XVI e XVII.

A descoberta do ouro em quantidade a ser explorada economicamente só teve início no final do século XVII e significou a conquista após um longo período de espera, não havendo explicação para o fato de a América Espanhola ter abundância de mineral, demarcando a grande diferença entre os colonizadores espanhóis e portugueses. No Brasil, com a mineração, ocorreu um grande deslocamento de populações para o Centro-Sul e a criação em poucos anos de três novas unidades administrativas, área com sociedade diversa da predominante e a mudança da capital de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, justamente pela mudança do eixo econômico; o Ciclo do Açúcar do Nordeste para o Ciclo do Ouro na região Sudeste.

O ouro e o diamante em Minas Gerais tinham muito de ilusório, só foi explorado o existente à superfície, bateado nos rios, sem o possível trabalho em profundidade em mina, pela ausência de recursos financeiros e humanos (técnicos especializados). Obsessão do administrador foi à cobrança do imposto devido, o Quinto, sempre recusado pelos mineradores, obrigando à adoção de várias formas para o pagamento. Já na década de 1740, a produção começou a decair, negando as expectativas. A Capitania de Minas Gerais sofreu muito, com o aparelho estatal rigidamente montado levando a sacrifícios. Para Iglesias (1993) era difícil enfrentar a crise, a unidade aurífera não podia competir com as litorâneas na agricultura, pois a distância elevaria os preços; a solução da indústria era fictícia, se nem mesmo a Europa conhecia economias eminentemente industriais, verificou-se no mundo

britânico então a denominada Revolução Industrial; Minas Gerais era rica em metais preciosos e como no período, desconheciam também a riqueza econômica do minério de ferro que só teria uso elevado com o processo oferecido através do desenvolvimento industrial no mundo contemporâneo.

Enquanto o processo industrial ocorria na Europa e nos Estados Unidos da América e o desenvolvimento social decorrente desse crescimento econômico atendia em parte a população dos países envolvidos, na colônia brasileira a industrialização foi evidentemente tardia e a educação escolar das populações deste território não fez parte dos projetos dos colonizadores, sendo evidenciada tal atividade em situações isoladas de iniciativa dos jesuítas e de forma muito tímida pelo governo português e por particulares.

A obra de catequese, que, em princípio, constituía o objetivo principal da presença da Companhia de Jesus no Brasil, acabou gradativamente cedendo lugar, em importância, à educação da elite. E foi com esta característica que ela se firmou durante o período em que estiveram presentes no Brasil os seus membros e também com essa mesma característica que ela sobreviveu à própria expulsão dos jesuítas, ocorrida no século XVIII. Dela estava excluído o povo e foi graças a ela que o Brasil se tornou um território voltado a uma realidade européia distante de suas verdadeiras necessidades e realidades.

Foi a educação ministrada pelos jesuítas, transformada em educação de classe, com as características que tão bem distinguiam a aristocracia rural brasileira que atravessou todo o período colonial e imperial e atingiu o período republicano, sem ter sofrido, em suas bases, qualquer modificação estrutural, mesmo quando a demanda social de educação começou a aumentar, atingindo as camadas mais baixas da população e obrigando a sociedade a ampliar sua oferta escolar. Era natural que assim fosse, porque esse tipo de educação veio a transformar-se no símbolo da própria classe, distintivo desta, fim, portanto, almejado por todo aquele que procurava adquirir *status*. Na época colonial não era somente pela propriedade da terra e pelo número de escravos que se media a importância ou se avaliava a situação social dos colonos: os graus de bacharel e os de mestre em artes passaram a exercer o papel de acesso a elitização, na hierarquia social da Colônia, onde se constituiu uma pequena aristocracia de letrados, futuros teólogos, padres-mestres, juízes e magistrados.

Segundo Romanelli (2003):

“Símbolo de classe, esse tipo de educação livresca, acadêmica e aristocrática foi fator coadjuvante na construção das estruturas de poder na Colônia. Isso porque a classe dirigente, aos poucos, foi tomando consciência do poder dessa educação na formação de seus representantes políticos junto ao poder público. Os primeiros representantes da Colônia junto às Cortes foram os filhos dos senhores de engenho educados no sistema jesuítico. Casaram-se, assim, portanto, a grande propriedade, o mandonismo e a cultura transplantada expandida pela ação pedagógica dos jesuítas.”

Essa realidade complexa sobreviveu mesmo à expulsão dos jesuítas em 1759. A decadência econômica em que entrou o Reino Português, principalmente com a queda da mineração, e o atraso cultural que, entre outras coisas, teve no fanatismo religioso um de seus fatores, fez com que surgisse na Metrópole um descontentamento geral em relação aos jesuítas. Na Colônia, já se faziam notar os atritos entre estes e a população, em torno da questão da escravização dos índios. Juntava-se a isso a presença, tanto no reino, quanto na Colônia, de ideias influenciadas do Iluminismo, declaradamente anticlericais. Da ascensão do Marquês de Pombal, cuja linha de pensamento estava estreitamente vinculada ao enciclopedismo, resultou a expulsão dos jesuítas de Portugal e de seus domínios coloniais.

Inúmeras foram as dificuldades daí decorrentes para o sistema educacional. Da expulsão até as primeiras providências para a substituição dos educadores e do sistema jesuítico, transcorreu um lapso de 13 anos. Com a expulsão desses religiosos, desmantelou-se toda uma estrutura administrativa de ensino, a uniformidade da ação pedagógica, a perfeita transição de um nível escolar para outro, a graduação, foram substituídas pela diversificação das disciplinas isoladas. Leigos começaram a trabalhar com o ensino e o Estado português assumiu, pela primeira vez, os encargos da educação.

Mas, apesar disso, a situação não mudou em suas bases, os jesuítas mantiveram, além de colégios para a formação de seus sacerdotes, seminários para a formação do clero secular. Era esse o clero que atuava principalmente nas fazendas de onde ele proviera, constituído, como era, de filhos das famílias proprietárias. Foram estes que formaram a massa de tios-padres e capelães de engenho e que, por exigência das funções, foram também os mestres-escola ou preceptores dos filhos da aristocracia rural. Formados nos seminários dirigidos pelos jesuítas, eles foram os que deram continuidade as suas ações pedagógicas.

Compuseram também o maior contingente de professores recrutados para as chamadas Aulas Régias introduzidas com a reforma pombalina. Assim, embora parcelado e fragmentário e rebaixado de nível, o ensino mais variado nos seus aspectos orientou-se para os mesmos objetivos, religiosos e literários, e se realizou com os mesmos métodos pedagógicos; com a utilização da autoridade e da disciplina extremamente rígida, concretizando tais práticas com o uso de punições físicas com as varas de marmelo e as palmatórias de sucupira, tendendo a abafar a originalidade, a iniciativa e a força individual, para pôr em seu lugar a submissão, o respeito à autoridade e a escravidão aos modelos antigos (Romanelli, 2003). Nesse sentido, o legado da educação jesuítica no Brasil permaneceu, não de forma oficial mais como um paradigma ensinado e assimilado pelas instituições que preconizavam a ideia e a prática de transmitir conhecimento a uma classe privilegiada economicamente.

CAPÍTULO III

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO COLONIAL – O CASO DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS.

3.1. A Sociedade Colonial Brasileira

Para analisarmos a educação brasileira no período colonial, é necessário levarmos em consideração as estruturas econômicas e sociais existentes na época. A economia na colônia portuguesa na América foi fundamentada na existência da mão-de-obra escrava africana que favoreceu ao aparecimento da unidade básica do sistema de produção, de vida social e do sistema político representado pela família patriarcal.

“ Foi a família patriarcal que favoreceu, pela natural receptividade, a importação de formas de pensamento e idéias dominantes na cultura medieval européia, feita através da obra dos jesuítas. Afinal, ao branco colonizador, além de tudo, se impunha distinguir-se, por sua origem européia, da população nativa, negra e mestiça, então existente. A classe dominante, detentora do poder político e econômico, tinha de ser também detentora dos bens culturais importados” (Romanelli, 2003)

Como percebemos ao longo de nossa investigação, na colônia brasileira os hábitos aristocráticos de vida influenciaram a sociedade, sendo o modelo latifundiário e escravocrata motivador à obra educativa da Companhia de Jesus. As condições objetivas que, portanto, favoreceram essa ação educativa foram, de um lado, a organização social e, de outro, o conteúdo cultural que foi transportado para a colônia através da formação dos padres da Companhia de Jesus.

A primeira condição consistia na predominância de uma minoria de donos de terras e senhores de engenho sobre uma massa de agregados e escravos. Apenas à elite cabia o direito à educação e, mesmo assim em número restrito, portanto deveriam ficar excluídos dessa minoria, as mulheres e os filhos primogênitos, aos quais se reserva a direção futura dos negócios paternos. Nesse sentido, a escola era frequentada somente pelos filhos homens que não os primogênitos. Estes recebiam apenas, além de uma rudimentar educação escolar, a preparação para assumir a direção do clã, da família e dos negócios no futuro. Era, então, a um limitado grupo de pessoas pertencentes à classe dominante que estava destinada a educação escolarizada.

No entanto, com a ação dos jesuítas essa realidade em determinados casos foi subvertida, pois esses religiosos se dedicaram à propagação da fé católica e ao trabalho educativo, ou seja, ensinavam os índios a ler e escrever. De Salvador a obra jesuítica expandiu-se para o Sul e em 1570 vinte e um anos após a sua chegada, já era composta por cinco escolas de instrução elementar (Porto Seguro, Ilhéus, São Vicente, Espírito Santo e São Paulo de Piratininga) e três colégios (Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia).

Nas escolas jesuíticas funcionavam alguns princípios que se mantiveram por mais de duzentos anos: unificação do método de ensino por todos os professores, ênfase na concentração e na atenção silenciosa dos alunos e um processo de ensino ligado à repetição e memorização dos conteúdos apresentados. Todos estes princípios se sobressaem na *Ratio Studiorum* (Ordem dos Estudos), síntese da experiência pedagógica dos jesuítas, composta de normas e estratégias, que visavam à formação integral do homem, de acordo com a fé e cultura católica do período vigente.

“No século XVII, a cultura escolar jesuítica sistematizada e ordenada pelo *Ratio Studiorum Atque Institutio Societatis Jesu*, publicado em 1559, associava-se à ‘política católica’ portuguesa como um conjunto de normas, que definiam saberes a serem ensinados e condutas a serem inculcadas, e um conjunto de *práticas*, que permitiam a transmissão desses saberes e a incorporação de comportamentos, normas e práticas. Nesse tempo, em seus colégios, a Companhia de Jesus divulgava o modelo cultural do cortesão e seus padrões distintivos, ‘discrição’, ‘agudeza’, ‘prudência’, ‘dissimulação honesta’, como ideal de excelência humana.” (Hansen, 2001)

Além do projeto voltado à alfabetização, os jesuítas se dedicaram ao curso de Letras e Filosofia, considerados secundários, e ao curso de formação de sacerdotes que compreendiam as disciplinas de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior.

No curso de letras as disciplinas ministradas eram a Gramática Latina, Humanidades e Retórica; e no curso de Filosofia estudava-se Lógica, Metafísica, Moral, Matemática e Ciências Físicas e Naturais. Os indivíduos que tinham maior poder aquisitivo complementavam seus estudos na Europa: Universidade de Coimbra, na qual se destacava nos cursos de Ciências Jurídicas e Ciências Teológicas, ou na Universidade de Montpellier, com destaque no curso de Medicina.

A participação dos jesuítas em relação a educação no período colonial foi intensa em muitas regiões brasileiras, o que não ocorreu diretamente na Capitania de Minas Gerais, que nesse caso obteve características diferentes.

Segundo Aquino e Bello (2001) as principais famílias de Minas Gerais, possuidoras de terras, lavras e escravos, mandavam seus filhos estudar na Europa no final do século XVIII. Já que era quase uma tradição, não só na Capitania de Minas Gerais, mas em toda colônia brasileira.

Foram vários desses jovens mineiros que, na Europa, primeiro tomaram contato com as idéias das Luzes. E foram vários desses mesmos estudantes que as trouxeram para o Brasil.

Entre os anos de 1772 e 1785, trezentos brasileiros tinham criado vínculo em Portugal, matriculando-se na Universidade de Coimbra e outros estudantes matricularam-se na Universidade de Medicina de Montpellier, entre 1767 e 1793. Esses homens atentos à atmosfera de mudanças ideológicas na Europa, de certo discutiam possíveis transformações acerca da situação do Brasil como colônia portuguesa, a fim de promover o nascimento de um país independente.

“José Joaquim da Maia e Barbalho, inclusive chegou a pedir ajuda aos Estados Unidos da América, por intermédio de seu embaixador na França, Thomas Jefferson, para os planos de libertação do Brasil. Sob o pseudônimo de *Vendek*, manteve correspondência e, até mesmo, um encontro pessoal com Jefferson em Nimes, sob o pretexto de visitar ruínas romanas. Este patriota morreu na Europa, sem ver sua tão amada terra livre das injustiças, proibições e abusos do Reino de Portugal.” (Aquino e Bello, 2001)

No entanto, nem todos que faziam parte da elite tinham acesso ou domínio das letras. Ou pela tradição do filho primogênito não ter a oportunidade de frequentar espaços escolares, como já foi citado, ou pela deficiência dos métodos pedagógicos empreendidos no período.

A partir dessas realidades, o que podemos constatar é uma diversidade de níveis dos saberes adquiridos pelos indivíduos da elite colonial, em Minas Gerais. Por exemplo, um homem da classe social dominante economicamente poderia ter grande erudição, ou então escrever inadequadamente o português, língua que passou a ser oficializada a partir da administração pombalina no território colonial brasileiro.

“ Meu Senhor pela forçosa obrigação de ser Lial-vaçalo a nossa Augusta So Brana ainda apexar de sometir a Vida como Logo semeprotestou na ocasião q fuy com vidade para a Sob lavação que se entenda” (...) (Aquino e Bello, 2001)¹⁰

Por sua vez encontramos na colônia homens com demonstração de eficiente erudição como os poetas Thomas Antônia Gonzaga e Cláudio Manoel da Costa e o próprio Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

Esses indivíduos, responsáveis pelo movimento conhecido como Inconfidência Mineira ou Conjuração Mineira, representavam uma elite econômica, mas também uma elite intelectual, que diferente do restante da população de Minas Gerais, lutaram por autonomia política em relação à metrópole portuguesa, certamente por terem acesso a idéias da Ilustração que a maioria da população colonial desconhecia.

Para que a Conjuração acontecesse, mazombos¹¹ e reinóis¹² teriam de discutir, lado a lado, o que fazer com o território brasileiro para se libertar efetivamente do jugo metropolitano.

¹⁰ Trecho retirado da carta-denúncia escrita pelo principal delator da Conjuração Mineira, e que foi entregue ao governador da capitania, o visconde de Barbacena. Seu nome: Joaquim Silvério dos Reis. Sua nacionalidade: portuguesa. Seu apelido: Joaquim Saltério. (Aquino e Bello, 2001)

¹¹ mazombo era como se denominava o filho de português nascido no Brasil. Grande parte dos conjurados era composta de mazombos, que, na época, não eram vistos com bons olhos pelas autoridades portuguesas. (Aquino e Bello, 2001, p.71)

¹² Reinol: pessoa do Reino de Portugal. O mesmo que português. (Lusitanos: designação dos habitantes da região ocidental da Península Ibérica, cuja área corresponde a Portugal. Sua origem é discutida: para uns, são povos indoeuropeus, enquanto outros afirmam que pertencem a uma etnia pré-germanica). (Botelho e Reis, 2001, p. 158)

“Tiradentes teve ao longo de sua vida vários ofícios: minerador, tropeiro, dentista. Ao entrar para o exército, pretendia chegar aos postos mais altos possíveis, porém sempre era preterido na hora das promoções, provavelmente por não ter pessoa influente para lhe oferecer apoio. Isso independente de suas qualidades, demonstrada em diversas oportunidades, como por exemplo quando foi comandante da guarnição do caminho Novo, aquartelada no atual município de Barbacena (antigo Arraial da Igreja Novo da Borda do Campo). Sua ação na região, na segunda metade da década de 1770, livrou a Mantiqueira de perigoso bando de ladrões e assassinos. Tiradentes tinha idéias revolucionárias, como se depreende de um dos apelidos pelo qual era conhecido: *República*.” (Aquino e Bello, 2001)

No entanto, o objetivo pela autonomia em relação a Portugal, não era uma idéia defendida apenas por Joaquim José da Silva Xavier. Para a elite daquela sociedade tinha se formado o ideário de que os mineiros possuíam uma dimensão própria diferente da que a metrópole portuguesa mantinha e procurava impor. Com mais de 300.000 habitantes, a Capitania de Minas Gerais era, na segunda metade do século XVIII, a mais populosa da colônia.

Ao longo de todo o período colonial, diferentemente do colonizador espanhol, não houve por parte do colonizador português esforços no sentido de corrigir a paisagem natural – retificar o espaço geográfico. Pelo contrário, na América portuguesa não houve maior preocupação em se organizar o espaço urbano (projetos urbanísticos e arquitetônicos). As cidades coloniais brasileiras, principalmente as que se desenvolveram nas áreas do garimpo, se caracterizaram pela sinuosidade e pela irregularidade do traçado urbano, que acompanhava córregos e acidentes geográficos.

Para o historiador Sérgio Buarque de Holanda (1995), as cidades da América portuguesa não resultaram de uma abstração por parte do colonizador, isto é, não houve um projeto de urbanização preconcebido.

“A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra ‘desleixo’ – palavra que o escritor Aubrey Bell considerou tão tipicamente portuguesa como ‘saudade’ e que, no seu entender, implica menos falta de energia do que uma íntima convicção de que ‘não vale a pena’.”(Holanda, 1995)

O autor destacou que “a construção de cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação” (Holanda, 1995). Afinal, nelas é que se implantaram os órgãos representativos do poder metropolitano que viabilizaram o controle, a fiscalização, a tributação, enfim, os instrumentos de poder da Coroa Portuguesa.

Na sociedade da região das Minas Gerais havia uma porcentagem maior de homens livres, comparativamente à sociedade que se desenvolveu no Nordeste açucareiro, como revelam os dados da população da Capitania de Minas Gerais referentes ao ano de 1786:

POPULAÇÃO DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS – 1786	
Branco Livres	65.664
Pardos Livres	80.309
Pretos Livres	42.739
Pardos Cativos	20.376
Pretos cativos	153.759
Total	362.847
<p>Fonte: FIGUEIREDO, Luciano. <i>O Averso da Memória: Cotidiano e Trabalho da Mulher em Minas Gerais no Século XVIII</i>. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. p. 221.</p>	

Nessa sociedade, predominantemente urbana, constitui-se uma elite formada por donos de lavras e escravos, autoridade religiosas e militares, grandes comerciantes (inclusive traficantes de escravos) e por aqueles que ocupavam os altos cargos administrativos e que atuavam em consonância com os interesses de Portugal.

Outro aspecto marcante da diversidade existente entre as sociedades que se constituíram no Nordeste açucareiro e nas Minas Gerais foi a existência de um expressivo grupo médio formado por pequenos proprietários de terras, pequenos comerciantes, artistas, profissionais liberais, funcionários de baixo escalão e oficiais de baixa patente, além de clérigos.

Havia ainda uma massa de trabalhadores livres brancos, negros, índios e mestiços, que possuíam poucos recursos e que revelavam no seu cotidiano a pobreza e a miséria a que estava submetida a maioria da população, em contraposição à opulência de uma minoria. Segundo historiadora Laura de Mello e Souza (2005), essa massa de despossuídos também fazia parte dos “desclassificados do ouro”.

Quanto aos escravos, muitas eram as suas atividades na sociedade colonial. Nas Minas Gerais, por exemplo, nem todos trabalhavam na extração do ouro e dos diamantes. Exerciam tarefas na construção de igrejas, residências, chafarizes, pontes e prédios públicos e trabalhavam também no comércio ambulante.

Outros eram alugados por seus proprietários por tempo determinado, tanto para particulares quanto para a administração pública. Em razão da natureza de determinadas atividades, muitos deles circulavam livremente nas ruas e nas lavras, podendo, assim, auferir ganhos com os quais, eventualmente, compravam suas alforrias. Essa possibilidade era denominada “brecha urbana”.

A luta diária pela sobrevivência obrigava também as mulheres forras (libertas) ou escravas a uma jornada de trabalho bastante árdua: eram criadas domésticas, lavadeiras, parteiras, cozinheiras, doceiras, tecelãs, costureiras.

Parte do fruto do trabalho de cozinheiras, doceiras era comercializada nas ruas de vilas e cidades e nas lavras, locais onde se concentrava um grande número de trabalhadores. Essas mulheres eram denominadas “negras de tabuleiro”.

Os recursos auferidos com essa atividade eram destinados ao pagamento de uma determinada quantia diária ao senhor, caso fossem escravas. No caso de mulheres forras, garantiam as condições mínimas de sobrevivência.

No entanto, a atividade das “negras de tabuleiro” era condenada pelas autoridades locais, pois esses temiam que essas mulheres, ao transitarem nas áreas de mineração, facilitassem o contrabando do ouro.

A prostituição era outro recurso para a sobrevivência, mas que também era reprimido com violência pelas autoridades. Muitos senhores utilizavam suas escravas para conseguir maior rendimento, obrigando-as à prostituição. Outras vezes, eram as próprias mulheres escravas que, tendo que pagar diariamente uma determinada quantia aos seus senhores (essa quantia era chamada de “jornal”), e não conseguindo obter o total com a venda de tabuleiro, recorriam à prostituição como uma alternativa para complementar a quantia devida.

A importância dos escravos para o conjunto da economia colonial foi, conforme se observou, decisiva para a formação da sociedade brasileira. A grande porcentagem de negros e mestiços, em diversas regiões revela essa importância, conforme ressaltou o historiador Boris Fausto (1995).

“A significativa presença de africanos e afro-brasileiros na sociedade brasileira pode ser constatada pelos indicadores de população no fim do período colonial. Negros e mulatos representavam cerca de 75% da população de Minas Gerais, 68% de Pernambuco, 79% da Bahia e 64% do Rio de Janeiro (...). Cativos trabalhavam no campo, na casa-grande. Realizavam nas cidades tarefas penosas, no transporte de cargas, de pessoas, de dejetos malcheirosos ou na indústria da construção. Foram também artesãos, quitandeiros, vendedores de rua, meninos de recado, etc.” (Fausto, 1995)

3.2. Um Projeto de Educação na Colônia Brasileira?

A partir da realidade social brasileira no período colonial denominado como o Ciclo do Ouro a Coroa Portuguesa almejou mudanças que vieram com as reformas implementadas em todo Reino de Portugal pelo ministro de D. José I, Sebastião de Carvalho de Melo e Souza, o Marquês de Pombal, essas transformações estavam ligadas diretamente ao surgimento do Iluminismo na Europa do século XVIII.

Como constatamos ao longo desse estudo, este movimento cultural que influenciou boa parte da Europa levou à emergência de uma nova acepção de política, de religião, de educação, de economia, dos métodos científicos, de literatura e de arte. No que toca a educação, o Marquês de Pombal promoveu duas grandes reformas que acarretaram mudanças significativas à educação escolar de todo o Reino e domínios de Portugal. A primeira iniciou-se em 28 de junho de 1759, com a Reforma dos Estados Menores, a segunda, como complementação desta última, ocorreu somente em 6 de novembro de 1772, isto é, treze anos mais tarde, com a Reforma dos Estudos Maiores.

Como citamos no primeiro capítulo desta pesquisa, dentre as mudanças ocorridas a que significou grande impacto, foi a expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e de seus domínios ultramarinos, no ano de 1759. A proibição do ensino ministrado pelos jesuítas, que eram considerados os principais educadores da colônia, e o fechamento de seus colégios, provocaram a desarticulação do sistema educacional em diversas capitanias do Brasil e do Reino português. No entanto, a Capitania de Minas Gerais foi a que menos sentiu essas mudanças, porque as escolas existentes no território mineiro não estavam sob a égide dos jesuítas.

José Ferreira Carrato (1968) em seu livro *Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais* chegou a afirmar que, até meados do século XVIII não havia escolas de qualquer nível na capitania mineira, uma vez que era proibida a instalação de ordens religiosas nessa região. Portanto, a única maneira de desenvolver essa atividade era a partir da intervenção da própria família: algumas mães alfabetizadas e tios-padres davam a instrução elementar e mais tarde encaminhavam as crianças aos colégios jesuítas da Bahia e do Rio de Janeiro.

Caso quisessem prosseguir nos estudos dirigiam-se à Metrópole, da qual regressavam doutores ou padres.

Inserida nesse debate temos a dissertação defendida por Diana de Cássia Silva (2004) sobre *O processo de escolarização no termo de Mariana (1772-1835)*. O recorte temporal que a autora privilegiou teve início em 1772, ano em que as aulas de primeiras letras passaram a fazer parte do sistema de Aulas Régias, e terminou em 1835 quando da lei provincial de nº 13 que repassava a responsabilidade do ensino as províncias. Silva (2004) fez uma importante pesquisa sobre o “Subsidio Literário”, imposto cobrado para custear as Escolas Menores, e constatou a relação entre coleta do imposto e a distribuição de cadeiras de Primeiras Letras. Segundo a autora, as freguesias com alta contribuição e com média contribuição recebiam mais Aulas Régias que as freguesias com baixa contribuição. Sua pesquisa também mostrou que o atraso nos pagamentos dos mestres de Primeiras Letras era igual para todos, não dependendo do quanto as freguesias haviam contribuído.

Portanto, em relação à educação escolar na Capitania de Minas Gerais percebemos a referência das aulas domésticas, mencionadas por Carrato (1968) e também a existência de aulas públicas a partir da administração do Marquês de Pombal no Brasil.

A primeira fase da reforma da instrução cuidou apenas de instituir o cargo de Diretor Geral de Estudos e o ensino das Humanidades, criando um currículo que incluía aulas de Gramática Latina, Línguas Grega e Hebraica, Poética e Retórica. Somente na segunda fase da reforma pombalina, que ocorreu em 6 de novembro de 1772, é que foi definida uma legislação em todos os níveis de ensino. A primeira mudança da Reforma dos Estudos Maiores foi a reforma da Universidade de Coimbra, na qual o currículo foi organizado de acordo com as novas correntes científicas e filosóficas do Iluminismo. Foi alvo também da reforma dos Estudos Maiores o ensino de primeiras letras, isto é, aulas de ler, escrever e contar.

Quatro dias após a reforma de 6 de novembro de 1772 foi criado o “Subsidio Literário”, imposto destinado à manutenção dos Estudos Menores. O “Subsidio Literário” incidia sobre os produtos consumidos na colônia. No Brasil, somente a partir de 1774 é que o imposto passou a ser cobrado e sua coleta permaneceu até o ano de 1839. Inúmeros trabalhos que se dedicaram a estudar a reforma da instrução pombalina tem nos mostrado que os valores coletados do “Subsidio Literário” ao invés de serem aplicados para a

ampliação das escolas menores e pagamentos dos mestres foram desviados para a manutenção de colégios e aulas em Portugal.

Silva (2004), em sua dissertação fez um estudo sobre a instituição do “Subsidio Literário” na região do Termo da cidade de Mariana¹³. A autora afirmou que o imposto foi instituído em Minas Gerais numa época de declínio da mineração. Desse modo, o imposto incidia sobre a produção da aguardente já que a pecuária, como atividade econômica, ainda estava no início da sua ascensão entre os moradores. Os valores coletados com o imposto seriam suficientes para manter todas as aulas que foram localizadas no Termo de Mariana, e que em determinados períodos havia saldo suficiente para o pagamento dos ordenados dos mestres. Porém, a contribuição do imposto, no período pesquisado segundo a autora foi marcada pela negligência das autoridades responsáveis por administrar o pagamento dos docentes.

A partir dessas evidências podemos observar que o Estado português no período colonial brasileiro não se empenhou efetivamente em elaborar projetos na área da educação, atendendo, assim as necessidades existentes em relação ao letramento dessas populações, que impossibilitadas de ter o acesso a esses benefícios, passaram por um processo lento e contínuo de exclusão social, fator relevante para entendermos em parte a estrutura perversa que permeou o projeto colonizador realizado por Portugal durante mais de três séculos no Brasil.

¹³ O Termo de Mariana foi um dos mais importantes de Minas Gerais na época do auge da mineração do ouro, rivalizando em importância com a vizinha Vila Rica e com Sabará. Mariana foi também a sede do bispado enquanto Vila Rica era a sede da comarca. O termo de Mariana na década de 1750 era composto por 11 arraiais principais, que compunham uma grande área na qual a mineração e a agricultura eram as atividades predominantes. (Monti, 2001)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O ensino, assim, foi conservado à margem, sem utilidade prática visível para uma economia fundada na agricultura rudimentar e no trabalho escravo. Podia, portanto, servir tão somente à ilustração de alguns espíritos ociosos que, sem serem diretamente destinados à administração da unidade produtiva, embora sustentados Por ela, podiam dar-se ao luxo de se cultivarem. Evidentemente, a esse tipo de desocupados sociais, cujo destino não estava associado a uma atividade manual – então reservada aos cativos e, portanto, estigmatizada – ou mesmo profissional definida, só podia interessar uma educação cujo objetivo precípua fosse cultivar ‘as coisas do espírito’, isto é, uma educação literária, humanista, capaz de dar brilho à inteligência. A esse tipo de indivíduos convinha bem a educação jesuítica, porque não perturbava a estrutura vigente, subordinava-se aos imperativos do meio social, marchava paralelamente a ele. Sua marginalidade era a essência de que vivia e se alimentava.” (Romanelli, 2001. p.34)

Nestas considerações finais, retomamos as concepções e as discussões que permearam esta pesquisa e suas possíveis reflexões acerca da educação brasileira no período colonial, especificamente na Capitania de Minas Gerais, ao longo do período da administração de Sebastião de Mello, o Marquês de Pombal.

No decorrer desta pesquisa foi relevante a análise dos processos sociais que o Brasil vivenciou no período colonial, para entendermos a partir desses dados históricos, o desenvolvimento da educação brasileira na região da Capitania de Minas Gerais.

A educação no Brasil estava a serviço da elite, era um instrumento de mobilidade social. Esses estratos que manipulavam o poder político e econômico utilizavam o acesso ao ensino como distintivo de classe, e as camadas médias urbanas procuravam o conhecimento escolarizado como principal via de ascensão, prestígio e integração no universo das classes dominantes. Foi nessa sociedade que se originou e cristalizou o padrão de ensino superior

brasileiro. Nele, não havia uma função educadora para os níveis primário e médio, razão pela qual estes não mereceram atenção do Estado, senão formalmente, e a escola média jamais conseguiu organizar-se, como tal, a não ser através de honrosas exceções partidas da iniciativa privada.

A obra de catequese, que, em princípio, constituía o objetivo principal da presença da Companhia de Jesus no Brasil, acabou gradativamente cedendo lugar, em importância, à educação da elite. E foi com esta característica que ela se firmou durante o período em que estiveram presentes no Brasil os seus membros e também com a mesma característica que ela sobreviveu à própria expulsão dos jesuítas, ocorrida no século XVIII. Desse projeto educacional as classes menos favorecidas economicamente estavam excluídas e foi a partir desse projeto que o Brasil colonial se tornou um território voltado a uma realidade européia, distante de suas verdadeiras necessidades e realidades em termos sociais, econômicos e culturais.

Nesse sentido, o ensino das letras transformado em privilégio de um pequeno grupo acabou distinguindo a aristocracia desde o período colonial brasileiro, passando pelo Império e atingindo o período republicano. Essa realidade não passou por reformas estruturais e novas práticas efetivamente reparadoras de séculos de privilégios de um grupo de indivíduos em detrimento de grande parte da sociedade brasileira. Esse fato se transformou em uma situação recorrente, pois essa concepção passou, entre outros mecanismos de dominação, a subsidiar socialmente a própria classe dominante no Brasil.

Portanto, um objetivo de todos aqueles que procuravam adquirir poder e notoriedade, também perpassava pelo prestígio do acesso ao ensino, isto é, os graus de bacharel e os de mestre em artes passaram a exercer o papel de acesso a elitização, na hierarquia social da Colônia, onde se constituiu uma pequena aristocracia de letrados, futuros teólogos, padres-mestres, juízes e magistrados (Romanelli, 2003).

Mesmo com a crise educacional a partir da expulsão dos jesuítas do Brasil no período da administração do Marquês de Pombal, no qual as idéias defendidas estavam relacionadas às concepções dos iluministas, a elite colonial manteve seus filhos em Seminários ou em aulas particulares para não desmantelar o projeto de manutenção da superioridade econômica e conseqüentemente intelectual. Ou seja, a situação não mudou em suas bases. Os jesuítas mantiveram, além de colégios para a formação de seus sacerdotes, seminários

para a formação do clero secular. Era esse o clero que atuava principalmente nas fazendas, esses indivíduos eram formados e preparados para assumir uma missão religiosa e eram os filhos das famílias de latifundiários.

Foram estes que formaram a massa de tios-padres e capelães de engenho e que, por exigência das funções, foram também os mestres-escola ou preceptores dos filhos da aristocracia rural. Compuseram também, o maior contingente de professores recrutados para as chamadas Aulas Régias introduzidas com a reforma pombalina. Assim, embora parcelado e fragmentado e rebaixado de nível, o ensino mais variado nos seus aspectos orientou-se para os mesmos objetivos, religiosos e literários, e se realizou com os mesmos métodos pedagógicos dos jesuítas, com austeridade e utilização de castigos físicos àqueles que não se adequavam às regras estabelecidas.

Na verdade, as dificuldades decorrentes do sistema educacional com saída da Companhia de Jesus do território brasileiro, acarretaram transformações, pois a Metrópole pela primeira vez assumia os encargos com a educação. Porém, como verificamos ao longo deste estudo, mesmo com recursos do “Subsídio Literário” criado em 1772 e instituído no Brasil somente a partir de 1774, os recursos coletados desse imposto não foram aplicados nas escolas e para o pagamento dos mestres no Brasil, ao contrário, foram valores que serviram ao governo português para a manutenção de colégios e aulas em Portugal.

Com base nas discussões levantadas neste estudo sobre educação brasileira, no período colonial, durante a administração do Marquês de Pombal e nosso diálogo com estudiosos sobre os temas abordados, podemos constatar nesta etapa final da pesquisa, que outras questões precisam ser investigadas em estudos posteriores, pois a problemática levantada suscitou novas perguntas e reflexões.

Essas questões analisadas para entendermos o complexo contexto da educação brasileira necessitam de muitos estudos acadêmicos. A educação para os indivíduos, como constatamos, precisava de um projeto destinado ao conhecimento escolar para todos. No entanto, o que verificamos a partir da herança cultural do período colonial, foi a presença de uma mentalidade de atendimento às necessidades de uma elite econômica em detrimento de grande parte da sociedade brasileira.

Os aspectos educacionais no Brasil colonial tinham implicações com o sistema político vigente; a forma como se organizava o poder também se relacionava com a organização do

ensino. A estrutura educacional calcada nessa referência resultou na presença de ideologias políticas a serviço da educação, que nesse sentido ficou refém das conjunturas vivenciadas pelo Brasil ao longo de sua história.

Portanto, nos desdobramentos deste estudo, podemos refletir acerca de possíveis redefinições do espaço político e do espaço da educação escolar no Brasil, desconsiderando interesses de classes sociais. Nesse sentido, valorizando os indivíduos envolvidos diretamente nesse contexto, repensando práticas de qualificação para o trabalho, de educação literária e humanista, entre tantos outros benefícios propiciados pela oferta escolar em uma sociedade de valores capitalistas e de educação formal, como requisito de inclusão social. Realidade e necessidade que percebemos desde o período que o Brasil era Colônia portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO E BELLO. *Liberdade? Nem pensar! O livro das conjurações*. Rio de Janeiro: Record: 2001.

WWW.alunosonline.com.br/historiab

BOTELHO, Ângela Vianna e REIS, Liana Maria. *Dicionário Histórico Brasil: Colônia e Império*. Belo Horizonte. O Autor, 2001.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. *As Aulas Régias no Brasil*. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. *História e Memórias da Educação no Brasil: Vol. 1. Século XVI – XVIII*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

CARRATO, José Ferreira. *Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras coloniais*. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1968.

COTRIM, Gilberto. *História Global: Geral e Brasil*. São Paulo. Ed. Saraiva. 1997.

FAUSTO, Boris. *Historia do Brasil Minas Gerais no Século XVIII*. São Paulo. EDUSP, 1995.

FIGUEIREDO, Luciano. *O Averso da Memória: Cotidiano e Trabalho da Mulher em Minas Gerais no Século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. p. 221.

HANSEN, João Adolfo. Ratio Studiorum e Política Ibérica no Século XVII. Cap.1. In: *Brasil. 500 Anos: Tópicos em História da Educação*. VIDAL, Diana Gonçalves e HILSDORF, Maria L. S. (Org). São Paulo. EDUSP. 2001.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras. 1995.

IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória Política do Brasil (1500-1964)*. São Paulo. Companhia das Letras. 1993.

JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro. Ed Jorge Zahar. 1996.

MONTI, Carlo Guimarães. Por Amor a Deus: O processo de alforria dos escravos de Mariana (1750-1759). In: *Revista do Centro Universitário Barão de Mauá*, v.1, n.1, jan/jun 2001

PILETTI, Nelson. *História da Educação no Brasil*. São Paulo. Ática. 1996.

ROMANELLI, Otaíza Romanelli. *História da Educação no Brasil*. Rio de Janeiro. Ed. Vozes. 2003.

SILVA, Diana de Cássia. *O Processo de Escolarização no Termo de Mariana (1772-1835)*

SOUZA, Laura de Mello. *Os Desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro. Graal. 2004.

VERGUEIRO, Laura. *Opulência e Miséria das Minas Gerais*. São Paulo: Brasiliense, 1981.